

Para: Comitê Escolar de Boston
De: Monica Hogan, Superintendente Adjunta de Estratégia e Implementação de Dados
Apyrl Clarkson, Diretora Executiva Sênior de Dados e Responsabilidade
CC: Mary Skipper, Superintendente
Re: Política de admissões de escolas de exame
Data: quarta-feira, 1 de novembro de 2023

Este memorando serve como uma atualização para o Comitê Escolar da reunião de 4 de outubro. Ele inclui:

1. Um cronograma para o público e para o Comitê Escolar do processo de admissão, incluindo quando o Comitê Escolar receberá atualizações adicionais
2. Respostas a perguntas específicas das reuniões de 4 e 18 de outubro dos membros do comitê
3. Outras considerações para possíveis recomendações
4. Revisão dos debates da força-tarefa e da justificativa declarada pelos membros da força-tarefa sobre por que foram realizadas recomendações específicas, incluindo pontos de bônus com base no nível de pobreza da escola frequentada

PARTE UM: Cronograma para distribuição de convites para escolas de exames

A tabela a seguir descreve o cronograma aproximado para convites para escolas de exames para o SY24-25. O ciclo de convites começa com mais de um ano de antecedência da matrícula dos alunos nas escolas examinadoras. O Comitê Escolar receberá um relatório atualizado após cada período de convite, provavelmente em junho. O distrito continua a considerar formas de acelerar o cronograma de admissões para enviar convites às famílias mais cedo.

2023 de abril	Sessão de Informações sobre Inscrições com tradução disponível para famílias interessadas em se inscrever ao novo ano letivo.
Junho de 2023	Teste de fim de semana do MAP para alunos que não são das BPS. Testes na escola para alunos das BPS.
Julho de 2023	Os resultados dos testes são enviados para as famílias que são e para as que não são BPS.
Setembro de 2023	Coleta e verificação de documentação para as escolas de 10 pontos. Coleta de registros do 5º e 7º ano do ano letivo anterior.
Setembro de 2023 - outubro de 2023	Licitações para contrato de Auditor Externo.
Setembro a novembro de 2023	Criação de materiais e cartas para famílias. Atualizações no site. Trabalho colaborativo com a cidade em dados de níveis e atualizações no site.
10 de outubro de 2023	Verificação de residência na cidade de Boston para alunos não pertencentes às BPS. Este processo deve ser concluído para ser considerado para o grupo de candidatos
17 de novembro de 2023	Encerramento da Verificação de Residência (data definida por política SC anterior).
9 a 10 de dezembro	Teste MAP para alunos que são e que não são das BPS.

de 2023	
Janeiro de 2024	Resultados dos testes MAP enviados às famílias.
4 de janeiro a 9 de fevereiro de 2024	As famílias das BPS preenchem os formulários de escolha de escola e classificam as escolas de exame em ordem de preferência para serem consideradas no grupo de candidatos.
2024 de fevereiro	Coleções de notas para todos os candidatos.
Março de 2024	Cartas de notificação de elegibilidade são enviadas aos alunos que atendem ao GPA B ou superior em ELA, matemática, ciências e estudos sociais.
Março e abril de 2024	Pontuações compostas calculadas. Os pontos são atribuídos àqueles que se qualificam. Camadas verificadas. A auditoria foi realizada e verificada.
Abril/Maio 2024	As decisões de atribuição são divulgadas. Dados do convite para o <u>SY24-25</u> disponíveis para análise.
Setembro de 2024	Primeiro dia de aula
Outubro de 2024	Dados de resultados dos alunos disponíveis no ciclo de admissão do <u>SY23-24</u>

PARTE DOIS: Perguntas dos membros

Análise sobre convites para alunos economicamente desfavorecidos

Esta tabela representa o número de alunos que se inscreveram para uma vaga escolar no exame do 7º ano que foram identificados como economicamente desfavorecidos e que receberam 0 pontos de bônus por meio do processo de inscrição para admissão no SY23-24.

Camada	Não recebeu um convite		Recebeu um convite	
	N	%	N	%
1	0	0.0%	0	0.0%
2	0	0.0%	4	25.0%
3	0	0.0%	3	18.8%
4	1	7.7%	2	12.5%
5	0	0.0%	4	25.0%
6	2	15.4%	0	0.0%
7	5	38.5%	1	6.3%
8	5	38.5%	2	12.5%
Total	13		16	

Análise relativa a convites para alunos não desfavorecidos economicamente que frequentam uma escola Título 1

Esta tabela representa o número de alunos que se inscreveram para uma vaga escolar no exame do 7º ano que foram identificados como não economicamente desfavorecidos e que receberam 0 pontos de bônus por meio do processo de inscrição para admissão no SY23-24.

Camada	Não recebeu um convite		Recebeu um convite	
	N	%	N	%
1	0	0.0%	22	6.3%
2	0	0.0%	33	9.4%
3	0	0.0%	25	7.1%
4	1	1.8%	45	12.8%
5	0	0.0%	43	12.3%
6	16	28.1%	49	14.0%
7	28	49.1%	76	21.7%
8	12	21.1%	58	16.5%
Total	57		351	

Diferencial da pontuação média composta por escolas do Título 1 e escolas que não são Título 1

A tabela abaixo mostra a pontuação composta média do ciclo de admissão SY23-24 para alunos que frequentam escolas que recebem 10 pontos, alunos que frequentam escolas que não recebem 10 pontos e a pontuação composta média geral. Todas as pontuações nessas médias refletem as pontuações anteriores à adição de quaisquer pontos. A diferença é de aproximadamente 8 pontos.

Pontuação média composta - Todos os alunos, sem pontos	85,6
Pontuação média composta - Alunos frequentando escolas que não recebem pontos	91,4
Pontuação média composta - Alunos que frequentam escolas que recebem pontos (antes de pontos adicionais serem adicionados)	83,2
<i>Diferença</i>	-8,2

Os membros do Comitê Escolar solicitaram dados para compreender melhor a diferença na pontuação composta média dos alunos que frequentam escolas que recebem 10 pontos em comparação com escolas que não recebem 10 pontos. Para o ciclo de admissão do SY23-24,

Coleta de informações de renda individual

Os membros do Comitê Escolar levantaram diversas questões relativas à coleta de informações sobre renda individual para usar no processo de admissão. Este tópico foi debatido pela ESATF, mencionado na seção acima, e foi decidido não prosseguir. Para os alunos atualmente matriculados, o distrito obtém informações sobre a situação de economicamente desfavorecido por meio do Portal Virtual do Gabinete Executivo de Saúde e Serviços Humanos. Essas informações não são coletadas dos alunos durante o processo de matrícula e só são obtidas após a matrícula do aluno. O distrito entrou em contato com a equipe do DESE para entender melhor se é possível obter essas informações antes do aluno se matricular no distrito.

A adição da coleta de informações sobre renda individual para os alunos usarem no processo de candidatura provavelmente resultará em maiores barreiras à matrícula para os alunos que foi concebido para ter um maior impacto. A experiência anterior na administração da educação mostra uma diminuição na participação à medida que são acrescentadas etapas e requisitos adicionais aos processos de admissão. Por exemplo, Hillman e Brueker (2017) observam uma diminuição na porcentagem de famílias que completam o pedido FAFSA depois da ferramenta de importação direta do IRS ter sido removida durante a administração de Trump. Da mesma forma, o Departamento de Educação Primária e Secundária de MA [observou](#) que uma das principais razões para mudar para o modelo de Provisão de Elegibilidade Comunitária para merenda escolar era “aumentar a participação das crianças em programas de merenda escolar”. Estes exemplos ressaltam uma mudança para práticas mais inclusivas, reduzindo os encargos administrativos da coleta de rendimentos individuais. Os membros da ESATF estavam conscientes disto, assim como da carga administrativa adicional sobre o pessoal distrital para gerir e processar a coleta de informações sobre renda individual.

Lista de escolas e sua porcentagem de alunos economicamente desfavorecidos

A [tabela vinculada aqui](#) mostra a porcentagem de alunos economicamente desfavorecidos por escola usada no ciclo de admissão do SY23-24. Os dados estão disponíveis para todas as BPS e escolas autônomas do DESE, assim como dados para outras escolas que os forneceram ao distrito durante o ciclo de admissão. A média de cinco anos é calculada usando dados dos seguintes anos letivos: SY17-18, SY18-19, SY19-20, SY20-21 e SY21-22. Candidatos de escolas onde a porcentagem estiver destacada em laranja terão direito aos 10 pontos adicionais. Observe que é a escola que o candidato frequentou durante o ano letivo de 2021-2022 que será considerada para determinar a elegibilidade para os pontos adicionais. Para os candidatos ao 7º ano, esta seria a escola que frequentaram no 5º ano. Para os candidatos ao 9º ano, esta é a escola que frequentaram no 7º ano.

PARTE TRÊS: Outras considerações para possíveis recomendações

Com relação a possíveis modificações/alterações à política atual, a Política de Admissão nas Escolas de Exame do Comitê Escolar declara o seguinte:

Esta política deve ser avaliada e analisada a cada cinco anos.

Embora o texto da política exija que o Comitê Escolar avalie e avalie a política de admissão nas escolas de exame a cada cinco anos, ela não proíbe o Comitê Escolar de avaliar, avaliar ou modificar a política antes de cinco anos, nem exige que o Comitê Escolar modificar a política a cada cinco anos.

O Comitê Escolar pediu que considerássemos, avaliássemos e compreendêssemos mais sobre o impacto dos 10 pontos concedidos às escolas com 40% ou mais de alunos economicamente desfavorecidos. Dado que este é o primeiro ano completo de implementação, a nossa recomendação continua a ser a de que devemos aguardar pelo menos mais um ano de dados de convites para compreender se existem tendências preocupantes. Também temos preocupações e hesitações em alterar uma parte da política sem uma compreensão mais profunda do impacto que esta mudança teria noutras partes da política que podem ser desconhecidas, mas também compreendemos o desejo do Comitê de compreender algumas possibilidades. Listamos abaixo algumas das considerações que estamos avaliando mais detalhadamente:

1. Deveríamos adicionar uma disposição à política para garantir que os alunos que obtiverem uma pontuação perfeita tenham acesso à sua primeira escolha de escola com exame?

2. Como determinamos a quantidade certa de pontos para levar em conta as diferenças de desempenho entre os diferentes tipos de escola? Deveríamos considerar o diferencial da pontuação média composta por escolas do Título 1 e escolas que não são do Título 1 por nível? Qual o impacto na diversidade socioeconômica se alterarmos o número de pontos?
3. Deveríamos explorar mais e considerar o uso de informações de renda individual para obter pontos adicionais? Como podemos garantir que todos os alunos economicamente desfavorecidos recebam pontos adicionais, independentemente da escola que frequentem?
4. Como podemos compreender melhor o impacto da política atual e as possíveis mudanças específicas para aumentar a representação de alunos com deficiência e alunos multilingues?

PARTE QUATRO: História da força-tarefa escolar do exame:

Resumo do desenvolvimento de pontos de bônus como parte do desenvolvimento de políticas escolares para exames

Em outubro de 2020, o Comitê Escolar de Boston votou pela aprovação de uma política provisória de um ano para admissão em escolas de exames, desenvolvida por um Grupo de Trabalho do Superintendente. Como parte dessa recomendação, o Comitê Escolar de Boston também votou pela criação de uma Força-Tarefa de Admissão em Escolas para Exames (ESATF) como um órgão do Comitê Escolar. A ESATF foi encarregada de recomendar uma nova política de admissão em escolas com exames permanentes, seguindo a política provisória de “código postal” de um ano.

A ESATF foi copresidida por Tanisha Sullivan, NAACP e Michael Contampasis. Os seguintes indivíduos eram membros da Força-Tarefa (as funções listadas refletem suas funções na época):

- Copresidente, Michael Contampasis, ex-diretor de escola da Boston Latin School e ex-superintendente das BPS
- Copresidente, Tanisha Sullivan, presidente da NAACP Boston Branch e ex-diretora de ações do BPS
- Pastor Samuel Acevedo, copresidente da Força-Tarefa sobre Lacunas de Oportunidades e Realizações
- Acacia Aguirre, mãe, John D. O’Bryant School of Math and Science
- Simon Chernow, aluno, Boston Latin Academy
- Matt Cregor, Comitê de Consultores Jurídicos de Saúde Mental, Supremo Tribunal Judicial
- Tanya Freeman-Wisdom, Diretora da Escola, John D. O’Bryant School of Math and Science
- Katherine Grassa, diretora, Curley K-8 School
- Zena Lum, mãe, Boston Latin Academy
- Zoe Nagasawa, aluna, Boston Latin Academy
- Rachel Skerritt, diretora da escola, Boston Latin Academy
- Rosann Tung, pesquisadora independente
- Tamara Waite, mãe, Philbrick Elementary School

A ESATF realizou 27 reuniões públicas entre fevereiro e junho de 2021. As reuniões foram realizadas virtualmente e consistiram em deliberações entre os membros, quatro sessões de escuta da comunidade, apresentações de especialistas em admissão em escolas examinadoras, assim como de outros funcionários do distrito escolar da cidade urbana. A ESATF era composta por Monica Roberts, Chefe de Avanço Estudantil, Familiar e Comunitário; Monica Hogan, Diretora Executiva Sênior de Dados e Responsabilidade; e Lena Parvex, Coordenadora do Comitê Escolar. Todos os materiais, incluindo gravações, da ESF podem ser encontrados no site do Comitê Escolar [aqui](#).

O esboço a seguir é um resumo das deliberações do ESTAF relacionadas aos pontos de bônus como parte do processo de admissão nas escolas com exame aprovado. Devido ao número de horas que a Força-Tarefa

gastou deliberando, esta não é uma lista abrangente de todas as deliberações, mas um cronograma para o desenvolvimento de pontos de bônus como parte da atual política de admissão em escolas de exames.

23 de março de 2021:

Conceito de pontos de bônus com base na escolaridade frequentada introduzido na ESTAF

- Apresentação da equipe das BPS à ESATF sobre os critérios das escolas de exame para as escolas de Detroit, Chicago e São Francisco.
- A Política de Admissão de Detroit oferece aos alunos das escolas públicas de Detroit 10 pontos de bônus e também pontos de bônus àqueles que moram a 1-2 milhas da escola.
- O copresidente Sullivan reconhece os comentários públicos solicitando pontos de bônus para alunos das BPS e propõe que a ESATF considere pontos de bônus para alunos das BPS para admissão em escolas de exames.

30 de março de 2021:

Revisão das políticas escolares do exame do distrito escolar de Chicago e Charlotte-Mecklenburg

- Revisou a política de admissão das Escolas Públicas de Chicago, que incorporou 4 níveis socioeconômicos (por dados do setor censitário) para distribuição de convites após uma porcentagem reservada de admissões com base no mérito.
- Dados revisados do Distrito Escolar de Charlotte-Mecklenburg que usam um sistema de admissão quase-loteria ponderado pelo status socioeconômico que analisa tanto os dados do setor censitário quanto os dados individuais (opcionalmente) pedindo às famílias que relatem o nível educacional dos pais, o número de indivíduos na família e a renda familiar para complementar os dados do censo. Os convites para loteria são então distribuídos por classificação com base no status socioeconômico, a fim de distribuir o status socioeconômico para suas 67 escolas magnéticas.

27 de abril de 2021:

Apresentação da política de admissão de Detroit, incluindo pontos de bônus

- O Diretor de Admissões Seletivas de Detroit apresenta nos seis exames de admissão no ensino médio de Detroit, incluindo a política de Detroit de conceder pontos bônus a alunos de escolas públicas.
- Alunos de escolas públicas fora de Detroit são elegíveis para se inscreverem em escolas de exame, mas não seriam elegíveis para pontos de bônus.

18 de maio de 2021:

Membro da ESATF debate sobre justificativa para atribuição de pontos com base na frequência escolar

- Skerritt declara interesse no modelo de Detroit, onde os candidatos podiam se inscrever como indivíduos, com fatores e considerações adicionais baseados em seu status específico.
- Skerritt que gostaria de olhar para o tipo de escola que o aluno frequenta, porque algumas das desigualdades em torno de coisas como preparação para exames e recursos costumam estar muito ligadas aos recursos e ao status das escolas.
- Skerritt disse que entrar nos níveis de renda individuais das pessoas é muito desafiador, dada a dificuldade em fazer com que as pessoas enviem outras informações.
- Ela sugeriu analisar o tipo de escola com base nas porcentagens de alunos economicamente desfavorecidos.

25 de maio de 2021:

Proposta de atribuição de dez pontos a alunos que frequentam escolas onde 50% dos alunos são economicamente desfavorecidos, debate e deliberação

- Os membros falaram sobre a proposta de atribuir pontos aos alunos caso estes viessem de escolas com um nível de pobreza verificado igual ou superior a 50% e como isso abordaria o fator de diversidade socioeconômica.

- Eles falaram sobre como isso seria abordado para alunos de escolas autônomas, particulares e paroquiais, caso não conseguissem obter informações de famílias individuais.
- Lum perguntou se poderiam, como um filtro secundário, olhar para as próprias escolas e somar os pontos para aqueles que vêm de escolas com níveis de pobreza elevados, independentemente do nível em que residiam.
- Contampassis explica que sua proposta de atribuir 10 pontos a um aluno que frequenta uma escola onde 50% - falta de consistência no ensino em todo o Distrito, especialmente no ensino fundamental e médio, e equilibrar a falta de acesso a escolas e ensino de qualidade.
- Sullivan afirma que os 10 pontos falavam da socioeconomia das escolas que verificavam que o nível de pobreza era de 50% ou superior o que tem uma maior concentração de pobreza que aborda o fator de diversidade socioeconômica.
- Queria encontrar um mecanismo que não fosse “apenas” privado, autônomo ou BPS e queria encontrar uma medida que abrangesse todos os tipos de escolas.
 - As escolas não pertencentes às BPS teriam que verificar se 50% dos seus alunos são economicamente desfavorecidos
- Contampassis não acredita que o Distrito possa efetivamente obter informações sobre a renda individual dos alunos, portanto o sistema baseado em pontos das escolas de alta pobreza é um guarda-chuva para capturar alunos economicamente desfavorecidos.
- Os pontos não são exclusivos das BPS, escolas autônomas e paroquiais poderiam se enquadrar nesta categoria
- Contampassis afirma que os setores censitários que usam a renda mediana terão alguns alunos colocados em faixas cuja renda não corresponde a essa faixa e os pontos podem compensar isso.
- Tung afirma que quanto mais se aproximarem das circunstâncias socioeconômicas de cada aluno, melhor, de forma que deveriam usar geocódigos, setores censitários e escolas alimentadoras.
- Contampassis afirma que o rendimento econômico individual dos alunos é difícil de obter porque o Distrito não o possui e eles seriam forçados a solicitá-lo às famílias individuais.
- Hogan explica que em 2014/2015 Massachusetts mudou de formas de merenda gratuita e com preço reduzido para distritos escolares com uma porcentagem alta o suficiente de alunos elegíveis para merenda grátis. Portanto, as BPS não coletam mais os formulários de inscrição para almoço grátis e com preço reduzido. A medida de substituição que o estado introduziu baseou-se na participação em programas financiados pelo estado, como SNAP, Mass Health/Medicaid, Assistência Temporária para Crianças Dependentes e outros programas de ajuda estatal onde o Gabinete Executivo de Saúde e Serviços Humanos realiza um processo de certificação direto onde eles informar ao DESE que a família deste aluno está participando deste programa e, portanto, eles são considerados economicamente desfavorecidos.
 - As BPS obtêm as informações do estado, mas apenas as informações dos alunos matriculados nas BPS. As BPS não saberiam no momento da inscrição que um aluno que não é das BPS se qualificaria para o processo de certificação direta.

1 de junho de 2021

Debate contínua sobre a obtenção de informações sobre a renda individual dos alunos versus pontos por frequência em escolas de alta pobreza

- ESATF apresentou simulações para vários tipos de modelos de admissão envolvendo níveis
- Gregor sugere olhar para a renda individual.
- Grassa responde que seria difícil obter e verificar dados socioeconômicos individuais dos alunos e que isso representaria uma dificuldade para as famílias indocumentadas.
- Skerritt sugeriu que o Grupo de Trabalho analisasse escolas com elevadas concentrações de alunos socioeconomicamente desfavorecidos, para que as famílias não tivessem de submeter as suas informações individuais.

14 de junho de 2021:

ESATF chega a consenso para atribuir dez pontos a alunos que frequentam escolas com elevada pobreza

- Tung disse que também queria continuar a enviar escolas agrupadas por Índice de Oportunidades (OI) no debate, uma vez que isso tocava tanto nos requisitos de diversidade geográfica como de estatuto socioeconômico (SES). Ela discordou da alocação de 20% de assentos em toda a cidade em qualquer mecanismo, pois acreditava que era excludente. Ela acrescentou que as Escolas Públicas não pertencentes a Boston (BPS) deveriam ser colocadas em seu próprio agrupamento.
- Skerritt comentou que não achava que as escolas autônomas com uma população mais desfavorecida deveriam estar na mesma categoria das escolas independentes. Ela sugeriu reservar um certo número de vagas para alunos de escolas especificamente desfavorecidas economicamente. Disse que um determinado percentual seria reservado para fatores socioeconômicos e o outro percentual poderia continuar com o modelo de níveis para essas cadeiras e alocá-los por meio de classificação por níveis ainda usando os setores censitários, ou usando-o em combinação com alguns dos outros modelos propostos.
- Sullivan recita o atual consenso da ESATF sobre as opções:
 - Opção 1: 20% alocados em toda a cidade com base na classificação direta e 80% alocados por níveis de classificação direta.
 - Opção 2: 20% alocados em classificação direta em toda a cidade e 80% alocados dentro dos níveis por sorteio
 - Opção 3: Modelo híbrido: 20% alocados em classificação direta em toda a cidade, 80% divididos em níveis, com 70% dos assentos alocados em classificação direta e 30% alocados por sorteio.
- Sullivan resumiu aquilo em que os membros tinham consenso: mecanismos para atribuição de assentos; GPA; e incluindo 10 pontos para alunos que frequentam uma escola de alta pobreza.

quinta-feira, 24 de junho de 2021

Debate sobre o impacto dos pontos de bônus com base nos recursos da escola frequentada

- Simulações apresentadas à ESATF com 20% de mérito e 80% de convites por nível socioeconômico com pontos e 100% de convites por nível socioeconômico com pontos de bônus encontrados [aqui](#).
- Aguirre perguntou como os pontos afetariam os alunos do programa METCO, uma vez que as escolas suburbanas não seriam qualificadas como escolas de alta pobreza e os alunos não receberiam os pontos, independentemente da situação familiar.
- Sullivan disse que os pontos extras para alto nível de pobreza se baseavam nas escolas e a justificativa era que os alunos do METCO teriam acesso a recursos devido às escolas que frequentavam.
- Grassa observou que devido à mudança no 6º ano, alguns alunos poderiam frequentar uma escola primária economicamente desfavorecida e ir para uma escola secundária economicamente favorecida, ou vice-versa.
- Skerritt acrescentou que seria mais provável que a sua educação fosse moldada pela experiência do 5º ano e não pelo 6º ano. Sullivan disse que com base nessas observações, eles deveriam estar olhando para a escola de 5º ano que o aluno frequentou, e não para o 6º ano.
- Tung propôs outra opção que era usar uma pontuação composta que incluísse tanto a média de notas (GPA) quanto a avaliação com o indicador de pobreza elevada. Ela disse que então distribuiriam as vagas proporcionalmente a qualquer grupo geográfico ou socioeconômico que decidissem e seria para 100% dos alunos e não apenas para 80% dos alunos.

- Sullivan perguntou aos membros como eles se sentiam ao usar a avaliação como um limite em vez de usá-la como parte de uma pontuação composta. Acevedo, Cregor, Chernow, Aguirre, Skerritt e Grassa disseram que estavam todos abertos à ideia de usar a avaliação numa pontuação composta.
- Aguirre disse que achava que eles deveriam debater sobre qual porcentagem do teste e GPA considerar antes de debater sobre como alocariam as vagas.
- Sullivan pediu aos membros que sugerissem a porcentagem de peso que propunham para cada componente. Cregor sugeriu usar notas de 70% e avaliação de 30%. Dr. Tung sugeriu 80% de notas e 20% de avaliação. Skerritt sugeriu 50% para cada um. Aguirre sugeriu 60% de notas e 40% de avaliação.
- Sullivan disse que pediriam a Hogan para executar essas simulações com o indicador de pobreza elevada de 10%.

28 e 29 de junho de 2021:

Debate sobre a reserva de 20% e o impacto dos pontos de bônus

- Deliberações da força-tarefa sobre recomendações políticas finais a serem apresentadas ao Comitê Escolar em 30 de junho.
- Skeriff expressou que ficaria mais confortável em reter uma pontuação composta que tivesse a vantagem de pobreza elevada e que apoiaria uma divisão de 50/50 ou 40/60 entre a avaliação e o GPA. Ela disse que embora confiasse na integridade dos educadores, estava ciente das diferenças entre as escolas e que, com uma divisão de 80/20 GPA e avaliação, eles poderiam ver mais subjetividade em diferentes tipos de escolas e bairros. Ela disse que apoiava uma divisão de 20/80 ou 100% por níveis para a alocação de vagas.
- Sullivan então sugeriu debater sobre a divisão de 30% de avaliação e 70% de GPA na pontuação composta de elegibilidade, com o fator de 10% para alunos que frequentam escolas de alta pobreza. Os alunos seriam colocados em níveis socioeconômicos, classificados por sua pontuação composta e as vagas seriam alocadas de acordo. Ela sugeriu que usassem o mesmo processo para alocar as vagas durante a política provisória, que era de 10 rodadas com 10% das vagas alocadas em cada rodada, com os alunos no nível socioeconômico mais baixo escolhendo primeiro.
- Acevedo disse que mesmo se votasse pela alocação de 100% de vagas, ele concordaria com a divisão de 20-80, pois era uma decisão segura.
- Tung concordou que a divisão de 20-80 os moveu em direção a sua meta, mas que eles poderiam fazer melhor.
- Sullivan repetiu que estava claro o que os 20% das vagas representavam e ela não se sentia confortável sabendo que era realmente sobre alta renda, melhores bairros e uma determinada demografia racial. Ela também disse que se eles deixassem os 20% de vagas em toda a cidade para aqueles que queriam manter o status quo, ela acreditava que a Força-Tarefa deveria mitigar os danos que isso causaria a alguns dos alunos mais vulneráveis.
- Skerritt disse que achava que com o alto indicador de pobreza e o tamanho dos níveis, os alunos com classificação mais alta provavelmente teriam acesso de qualquer maneira. Contompasis sugeriu que se eles fossem utilizar a divisão de 20-80, eles deveriam ter um indicador de pobreza de 10 pontos para cada aluno que frequentou uma escola com uma taxa de pobreza de 50% ou mais. Os alunos que estavam desabrigados no Departamento de Crianças e Famílias (DCF) ou na Autoridade de Habitação de Boston (BHA) devem receber cinco pontos adicionais.
- Acevedo disse que mesmo se votasse pela alocação de 100% de vagas, ele concordaria com a divisão de 20-80, pois era uma decisão segura.
- Tung concordou que a divisão de 20-80 os moveu em direção a sua meta, mas que eles poderiam fazer melhor.
- Contompasis sugeriu que se eles fossem utilizar a divisão de 20-80, eles deveriam ter um indicador de pobreza de 10 pontos para cada aluno que frequentou uma escola com uma taxa de pobreza de

50% ou mais. Os alunos que estavam desabrigados no Departamento de Crianças e Famílias (DCF) ou na Autoridade de Habitação de Boston (BHA) devem receber cinco pontos adicionais.

quarta-feira, 30 de junho de 2021

- Os copresidentes da ESATF, Sullivan e Contompasis, apresentaram uma [recomendação](#) ao Comitê Escolar e ao Superintendente. A recomendação incluiu:
 - Elegibilidade do aluno com GPA B ou superior
 - Cálculo da pontuação composta de 30% de avaliação / 70% de notas, mais pontos adicionais
 - Os alunos que frequentam escolas com 50% ou mais de alunos identificados como economicamente desfavorecidos receberiam 10 pontos adicionais no processo de convite.
 - Alunos em situação de rua, alunos sob os cuidados do DCF e alunos que moram em alojamentos da BHA receberiam 15 pontos adicionais no processo de convite
 - 20% dos convites seriam distribuídos em toda a cidade e 80% seriam distribuídos por nível socioeconômico.

quarta-feira, 14 de julho de 2021

- A então Superintendente Dra. Brenda Cassellius apresentou sua [recomendação política final](#) ao Comitê Escolar para votação. Com base no feedback da comunidade, incluindo uma sessão de escuta do SC realizada em 7 de julho, foram feitas as seguintes alterações na recomendação inicial:
 - Alterar o limite de 10 pontos para escolas com 40% ou mais de alunos identificados como economicamente desfavorecidos, em vez de 50%, para alinhar com o limite da legislação ESSA para a programação escolar do Título 1
 - Distribuir 100% dos convites por faixa socioeconômica.